

Uma publicação do Instituto Genildo Batista

## ARCABOUÇO FISCAL



**GOVERNO E CONGRESSO  
ARROCHAM A POPULAÇÃO  
PARA FAVORECER  
OS BANQUEIROS**

**Entenda o que é  
o arcabouço fiscal e  
como ele vai afetar  
o nosso país e as  
nossas vidas**

**A luta contra ele  
continua e não  
deve parar!**

### **Para onde deve ir o dinheiro que o governo federal arrecada?**

O **INFORMA-SE** número 17 traz contribuições de Lujan Maria Bacelar de Miranda, secretária geral do Instituto Genildo Batista - IGB e coordenadora do Núcleo Capixaba da Auditoria Cidadã da Dívida sobre o **PLP 93/2023 (Novo Arcabouço Fiscal)**.

O **projeto do Governo Lula** foi encaminhado ao congresso em abril. Na Câmara dos Deputados sofreu alterações que o pioraram ainda mais. No Senado também sofreu alterações. Mas, as alterações feitas pelos/pelas parlamentares **não mexeram na essência do projeto, que é maléfica para o povo e benéfica para os banqueiros.**

**O arcabouço fiscal não acaba com o Teto de Gastos! Cria 3 bandas e mais um Teto. Ele afeta diretamente a sua vida**

### **O que está em jogo?**

**O dinheiro dos impostos, taxas e demais tributos arrecadados deve ir para quem?**

- Para os **banqueiros** ou para a **população**?
- Para a **dívida pública** sem contrapartida e nunca analisada, auditada ou para os **serviços públicos e políticas sociais**?
- Para os **gastos primários** (gastos com a população e a administração pública) ou para os **gastos financeiros** com a dívida pública ilegal e ilegítima?

**Leia, Divulgue,  
Debata e Compartilhe o  
INFORMA-SE número 17**

# PLP 93/2023

## Novo Arcabouço Fiscal, Regime Fiscal Sustentável, Marco Fiscal

**O que é o arcabouço fiscal (PLP 93/2023)?**  
É um projeto de lei complementar, de iniciativa do governo federal, que foi aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Como houve alterações no Senado, a Câmara vai decidir se fica com o projeto dela ou com o do Senado.

**Qual a importância desse projeto, que deve virar lei nos próximos dias?**

Tem uma importância fundamental para a população e para o nosso país, pois determina para onde deve ir o dinheiro dos impostos, taxas e outros tributos arrecadados.

Trata sobre arrecadação, gastos e investimentos. Determina como deve ser o crescimento das despesas com os serviços públicos de interesse da população (saúde, educação, segurança, lazer, cultura etc.) e com a administração pública.

**Trata de toda as receitas e despesas?**

**NÃO!** As receitas para o pagamento das despesas primárias (gastos sociais e com a administração pública) **ficará restrita às receitas tributárias** (especialmente impostos e taxas).

**Excluem** outras receitas primárias (receitas de concessões e permissões; de exploração de recursos naturais, de dividendos e participações).

**As receitas excluídas, dentre outras, que nem aparecem, irão especialmente para os banqueiros (pagamento de juros da dívida pública, sem contrapartida e nunca auditada).**

## Arcabouço Fiscal dos Banqueiros e do Fundo Monetário Internacional - FMI é Desumano

- **Não é novo, não é responsável e nem sustentável**
- Não acaba com o **Teto de Gastos**.
- Mantém o **teto com duas bandas**, para controlar os gastos sociais e os gastos com a estrutura do Estado.
- **Cria mais um teto** para limitar o crescimento das despesas.
- Traz de volta, na lei, o **superávit primário** (economia forçada para sobrar mais dinheiro para a dívida pública, que consome metade de tudo que é arrecadado).

Os banqueiros, grandes empresários, grandes meios de comunicação e a equipe econômica estão felizes. Haddad agradeceu ao Arthur Lira, Pacheco e à Justiça pela aprovação do Arcabouço Fiscal na Câmara.

**Mercado Financeiro segue festejando a manutenção do TETO DE GASTOS SOCIAIS mantido pelo Arcabouço Fiscal (PLP 93/2023), que garantirá mais recursos ainda para o pagamento dos juros e mecanismos do Sistema da Dívida!**

**Avaliação do Risco Brasil, agora, é positiva**

Agência de classificação norte-americana S&P faz a primeira mudança desde 2019 e destaca o avanço do novo arcabouço fiscal. Governo

**CORREIO BRAZILIENSE**  
Senado votará o arcabouço

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

**Nem os banqueiros esperavam tanto**

# SUPERÁVIT PRIMÁRIO

## Compromisso do Governo Lula supera expectativa dos banqueiros

O superávit primário (receitas primárias maiores que as despesas primárias).

As expectativas de mercado (banqueiros), segundo o Boletim Focus, em 24/03/2023 são de um **superávit primário como proporção do PIB** (produto interno bruto), **negativo**: -1,02% em 2023, - 0,80% em 2024, -0,50% em 2025 e -0,27% em 2026

O **compromisso de superávit primário assumido pelo governo** para o mesmo período é muito maior: -0,5% em 2023, 0% em 2024, 0,50% em 2025 e 1% em 2026

Esse compromisso poderá variar, em cada ano, dentro de uma “**banda**” que varia **0,25% para mais ou para menos**, conforme mostra o gráfico constante da tela apresentada pelo governo (abaixo).

*Tela apresentada pelo secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, em coletiva de representantes da equipe econômica em 30/03/2023*

## O que significa esse superávit primário?

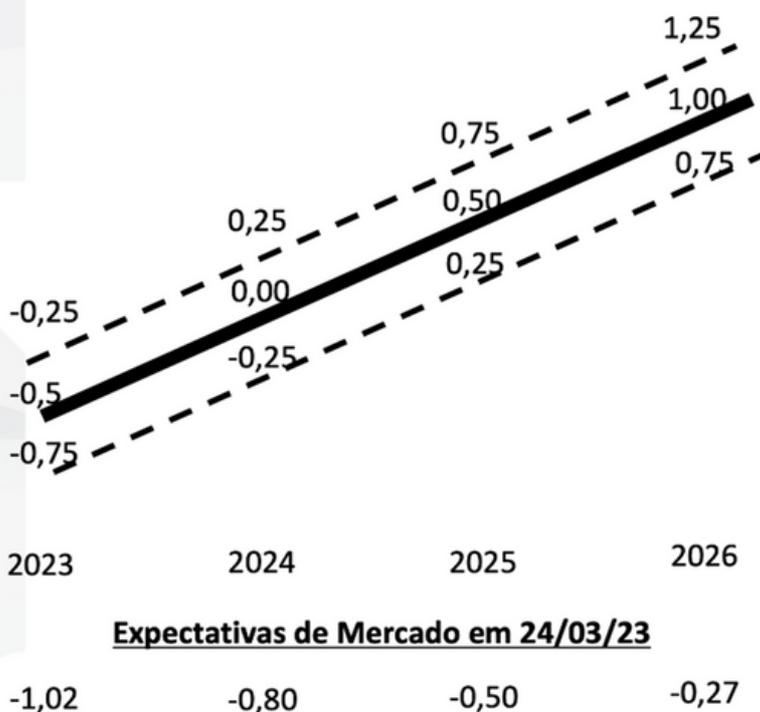
### O que ocorre se for acima ou abaixo do compromisso do Governo?

Significa **menos dinheiro para as despesas primárias** ou **despesas correntes** (despesas com serviços públicos para a população e manutenção da máquina administrativa).

Se o **superávit primário** for maior que a meta anual estabelecida o **superávit excedente** poderá ser direcionado para **investimentos** no ano seguinte, sendo **vedada a sua destinação para despesas correntes**.

Se o governo **não alcançar a meta de superávit primário** anual será **punido**. **Veja como! Antes confira as metas anuais e as regras fiscais.**

### Compromisso de Primário e Bandas (% PIB)



### Regras Fiscais para atingimento

1. Compromisso de trajetória de primário até 2026, com meta e banda de variação tolerável.
2. O atual teto de gastos passa a ter banda com crescimento real da despesa primária entre 0,6% a 2,5% a.a. (mecanismo anticíclico), com FUNDEB e piso da enfermagem excluídos dos limites (regras constitucionais já existentes).
3. Crescimento anual dentro da faixa de crescimento da despesa limitado a 70% da variação da receita primária dos últimos 12 meses.
4. Resultado primário acima do teto da banda permite a utilização do excedente para investimentos.
5. Se os esforços do Governo de aumento de receitas e redução de despesas resultarem em primário abaixo da banda, obriga redução do crescimento de despesas para 50% do crescimento da receita no exercício seguinte.
6. Investimentos possuem piso.

## Penalidade por Descumprimento das Metas de Superávit Primário

Caso o governo não cumpra as metas de superávit primário (**despesas primárias menores que as receitas primárias**) será obrigado a reduzir ainda mais os gastos com os serviços públicos que atendem a população e com a administração pública), da seguinte forma:

O crescimento de despesas primárias será limitado ao máximo de 50% da variação das receitas primárias no período anterior.

E não é só isso!

O crescimento das despesas primárias é restrito a uma parcela do crescimento da receita tributária.

Essa restrição absurda impede que as **receitas financeiras** obtidas com títulos públicos ou empréstimos sejam utilizadas para investimentos e despesas primárias.

## Crescimento Vergonhoso das Despesas Sociais para Favorecer Banqueiros

Se a **despesa primária** em determinado ano ficou em R\$ 1 trilhão de reais.

No ano seguinte ela não poderá ultrapassar os seguintes tetos:

### Teto Máximo

R\$ 1 trilhão + IPCA (inflação) + 2,5% (25 bilhões), ou seja, **1 trilhão e 25 bilhões**.  
Aumento real de míseros **25 bilhões**.

### Teto Mínimo

R\$ 1 trilhão + IPCA + 0,6% (**6 bilhões**)  
ou seja, **1 trilhão e 6 bilhões**.  
Aumento real de míseros **6 bilhões**.

## O Governo Lula não ouviu a população!

O **Arcabouço Fiscal** foi feito ouvindo o Fundo Monetário Internacional - FMI, os **banqueiros** e deputados e deputadas do **Centrão**.  
E de costas para a **população**, que é quem vai **pagar a conta**: com **impostos e taxas, perda de direitos e falta de serviços públicos**.

**Para que âncora fiscal para cortar gastos sociais?**

**seudinheiro\***

Não é só o mercado financeiro que tem pressa de ver um novo arcabouço fiscal para o Brasil. O governo recém-empossado corre contra o relógio para elaborar uma nova âncora capaz de substituir o teto de gastos. Nesta terça-feira, durante o Fórum Econômico Mundial em Davos, o ministro da Fazenda, **Fernando Haddad**, prometeu apresentar uma proposta sobre o tema no máximo até abril.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Em **janeiro de 2023**, o ministro da Fazenda, **Fernando Hadadd**, se reuniu com a **diretora geral do Fundo Monetário Internacional - FMI** (braço do banco privado BIS - Banco de Regulações Internacionais), e **saiu dizendo:**

**"Eles ficaram sabendo das nossas discussões fiscais e colocaram a equipe técnica à nossa disposição para que possamos conhecer as regras atuais em vigor e apresentarmos uma proposta crível para o Congresso"**  
**Clique aqui e confira!**

## O Arcabouço Fiscal tem o aval do Presidente Lula

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, diz que conta com o aval do presidente Lula.

**Esse aval contraria não só os discursos de campanha, mas discursos e declarações do presidente**

O Arcabouço Fiscal visa “guardar recursos importantes para abatimento do endividamento”, justamente o contrário do que o presidente Lula declarou!



O PLP 93/2023 (Arcabouço Fiscal) é uma exigência da Emenda Constitucional nº 126, de 21/12/2022 (PEC da Transição), que instituiu o **Bolsa Família de 600 reais**.

**Enquanto mais de 33 milhões de brasileiros e brasileiras passam fome ou se almoçam não sabem se vão jantar, o governo encaminha o projeto e libera verbas para favorecer a aprovação do Arcabouço Fiscal.**

**Verdadeiro objetivo do arcabouço fiscal**  
De acordo com o art. 1º, § 2º do PLP 93/2023

“A política fiscal da União deve ser conduzida de modo a manter a dívida pública em níveis sustentáveis, prevenindo riscos e promovendo medidas de ajuste fiscal em caso de desvios, garantindo a solvência e a sustentabilidade intertemporal das contas públicas”

**Tá tudo dominado por poucas famílias que mandam no mundo, especialmente através dos bancos**  
**Só o conhecimento e a luta mudam a vida!**

Não é só a política fiscal (arcabouço fiscal) ou a política econômica como um todo que são exigências do Banco Privado BIS.

**As privatizações das estatais, os ataques e políticas destrutivas da saúde, educação, segurança pública, as reformas da previdência, trabalhista, administrativa, também são exigências do BIS.**

**Esse banco que é denominado Banco Central dos Bancos Centrais manda no Banco Central do Brasil (BC).** E faz parte da estrutura do BC, que tem Brasil só no nome.

**O Banco Central é associado ao BIS. É independente.**

Atua contra os interesses da população brasileira, inclusive, colocando os juros nas alturas. **Mas, depende do caixa do governo (Tesouro Nacional). Políticas do BC, como a Bolsa Banqueiro por exemplo, são financiadas através de títulos públicos, que são doados ao BC pelo Tesouro Nacional, que ainda paga juros aos banqueiros.**

**O presidente do Banco Central, Campos Neto, é da direção do BIS (Banco de Regulações Internacionais) desde janeiro de 2023.**

## O QUE É A DÍVIDA PÚBLICA?

A dívida pública da União e dos Estados, sem contrapartida, que quanto mais se paga mais se deve, é dívida mesmo?

Por que governo, parlamentares e a justiça não permitem que a dívida pública seja analisada (auditada)?

Por que são contra a auditoria da dívida pública, como determina a Constituição Federal desde 1988?

É em nome dessa dívida e para manter e aumentar a sangria de dinheiro da população que esse arcabouço está sendo feito; assim como foram feitas as contrarreformas da previdência, trabalhista e estão querendo fazer a administrativa.

Através de vários artigos, inúmeras lives, cartazes, entrevistas, vídeos e declarações a Auditoria Cidadã da Dívida desde o primeiro momento tem denunciado e combatido o Arcabouço Fiscal

Para compreender mais tudo isso, basta clicar nas partes que estão em azul e nas imagens ao longo do texto

## NOVO ARCABOUÇO FISCAL MANTÉM TETO DE GASTOS SOCIAIS PARA PRIVILEGIAR GASTOS COM O SISTEMA DA DÍVIDA



[Clique AQUI e saiba mais sobre o BIS, FMI e o Sistema da Dívida?](#)

**LIVE**

## Nova Regra Fiscal Para quê? Para quem?



**MARIA LUCIA FATTORELLI**  
Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida



**RODRIGO VIEIRA DE AVILA**  
Economista da Auditoria Cidadã da Dívida

**13**  
março  
**19h**

ASSISTA AO VIVO EM:

 [facebook.com/auditoriacidadada.pagina](https://facebook.com/auditoriacidadada.pagina)  
 [youtube.com/auditoriacidadadadivida](https://youtube.com/auditoriacidadadadivida)



**AUDITORIA**  
CIDADÃ DA DÍVIDA

**LIVE**

## Projeto de lei do Arcabouço Fiscal contradiz Lula



**MARIA LUCIA FATTORELLI**  
Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida



**NILDO OURIQUES**  
Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina

**24**  
abril  
**19h**

ASSISTA AO VIVO EM:

 [facebook.com/auditoriacidadada.pagina](https://facebook.com/auditoriacidadada.pagina)  
 [youtube.com/auditoriacidadadadivida](https://youtube.com/auditoriacidadadadivida)



**AUDITORIA**  
CIDADÃ DA DÍVIDA

# E não são só tetos, bandas, metas...

**LIVE EXTRA**

## Novo Arcabouço Fiscal inclui Superávit Primário e mantém Teto de Gastos Sociais com "bandas"



MARIA LUCIA FATTORELLI

Coordenadora Nacional da  
Auditoria Cidadã da Dívida



**31**  
março  
**11h**

ASSISTA AO VIVO EM:

[facebook.com/auditoriacidadada.pagina](https://facebook.com/auditoriacidadada.pagina)

[youtube.com/auditoriacidadadadividida](https://youtube.com/auditoriacidadadadividida)



De acordo com as disposições preliminares do Arcabouço Fiscal o que for estabelecido nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União não afasta as **limitações** e as **condicionantes** para geração de despesa e renúncia de receita estabelecidas na **Lei de Responsabilidade Fiscal** (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O **superávit primário** (economia forçada para garantia de pagamento de juros e amortizações da dívida pública sem contrapartida) não consta da Emenda Constitucional 95/2016 (Teto de Gastos).

## O Arcabouço Fiscal traz o Superávit Primário de volta!

## QUE BANDAS SÃO ESSAS? O que elas estabelecem?

- Arcabouço Fiscal (PLP 93/2023), apresentado pelo governo Lula:
  - Mantém o **teto de gastos sociais**, permitindo apenas uma **insignificante margem de crescimento real do conjunto de despesas primárias** (despesas com serviços públicos prestados à população e gastos com a manutenção do Estado).
  - O **crescimento pode variar entre 0,6% e 2,5% ao ano**, com base nas despesas primárias do ano anterior.
  - O **crescimento acima de 0,6% ficará condicionado** também ao **crescimento das receitas tributárias** do ano anterior.
  - Estabelece que **a escala do crescimento real das despesas primárias** (entre 0,6% e 2,5% ao ano) **vai depender do cumprimento de outras metas** criadas pelo projeto.

O Arcabouço fiscal coloca as áreas sociais para disputar recursos entre si, porque o conjunto de gastos e investimentos sociais tem que caber dentro do TETO, deixando livres os gastos injustificáveis



## QUE METAS SÃO ESSAS?

O crescimento real das despesas primárias terá que ser menor do que o crescimento real das receitas primárias (basicamente tributos).

O arcabouço fiscal cria mais um teto para reduzir o crescimento das despesas primárias (**teto sobre teto**).

É o teto de **70%** da variação das receitas primárias do período anterior, que será aplicado em caso de descumprimento da meta de superávit primário.

Meta de resultado primário (**superávit primário**) em percentuais calculados em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) ou seja, em relação à soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país em um ano.

No arcabouço fiscal o Governo Lula, superando a expectativa dos banqueiros, se comprometeu com a seguinte meta de superávit primário: **-0,5%** em 2023, **0%** em 2024, **0,50%** em 2025 e **1%** em 2026. Essa meta pode variar em cada ano, dentro de uma “banda” de **0,25%** para mais ou para menos.

Se o governo não alcançar a meta de superávit primário (receitas primárias maiores que as despesas primárias) ficará obrigado a limitar o crescimento das despesas primárias a **50%** do crescimento das receitas primárias dos últimos 12 meses.

**Com o arcabouço fiscal os gastos sociais terão que crescer menos que as receitas primárias, para que sobre mais dinheiro ainda para a dívida pública ilegal e ilegítima**

O **“Novo Arcabouço Fiscal”** mantém teto para investimentos sociais, mas para gastos com juros e amortizações da chamada **“dívida pública”** não estabelece teto algum! A saída é enfrentar o Sistema da Dívida mediante realização de **AUDITORIA** com participação social.



Os investimentos terão um piso e não poderão ser inferiores ao valor do ano anterior. Mas, os investimentos fazem parte do conjunto de despesas primárias.

Caso os investimentos públicos cresçam outras despesas terão que sofrer redução, para que o conjunto de despesas primárias caiba dentro do teto estabelecido no arcabouço fiscal. Assim pode sobrar para as servidoras e servidores públicos, que amargam grandes perdas de direitos e péssimas condições de trabalho.

**O NOVO TETO DE GASTOS SOCIAIS MANTÉM A POLÍTICA DE DESMONTE DO ESTADO E A PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**



**Ninguém se iluda!**

**Todos os setores sociais  
serão atingidos**

O **"Novo Arcabouço Fiscal"** mantém teto para investimentos sociais, mas para gastos com juros e amortizações da chamada **"dívida pública"** não estabelece teto algum! A saída é enfrentar o Sistema da Dívida mediante realização de **AUDITORIA** com participação social.



**Estados e municípios,  
também, serão atingidos  
com o Arcabouço Fiscal**

Federalismo fiscal e custeio dos direitos fundamentais...

**Federalismo fiscal e custeio dos direitos fundamentais no PLP 93/2023**

**12 JUNHO 19H**

MARIA LU FATTORELLI  
Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

ÉLIDA GRAZIANE  
Procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Assistir no [YouTube](#) | [itoriacidada.pagina](#) | [youtube.com/auditoriacidadadadivida](#)

**"Reconcentração de receitas e descentralização das despesas"**

**Transferência de responsabilidades para Estados e municípios**

Caso haja elevação nos gastos com saúde e educação, com os tetos estabelecidos no arcabouço fiscal, automaticamente os demais gastos sociais e os gastos com a estrutura do Estado terão que sofrer redução

**Para derrotar o Arcabouço Fiscal, garantir direitos e uma vida digna só com conscientização, mobilização e luta!**

**O Arcabouço fiscal coloca em risco os pisos constitucionais da saúde e educação,** como já noticiado pelo próprio governo!



AgênciaBrasil

**Governo quer reavaliar pisos para gastos com saúde e educação**

*Mudanças ocorreriam por emenda constitucional a partir de 2025*

# Auditoria da Dívida Pública:

Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil



Maria Lucia Fattorelli

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



Primeira Edição 2023  
Obra autofinanciada - VENDA PROIBIDA

Como forma de contribuir com a luta em defesa dos direitos e contra o Sistema da Dívida, a Auditoria Cidadã da Dívida-ACD fez o lançamento na Câmara dos Deputados da Cartilha "Auditoria da Dívida Pública: Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

## Solicitamos que leiam, divulguem e debatam o **INFORMA-SE** e a Cartilha da ACD

Dentre os vários pontos que constam da Cartilha, solicitamos apoio na divulgação e atenção especial para:

- **Carta** dirigida ao Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional e à Sociedade
- **Campanha pelo Limite dos Juros no Brasil** (PLP 104/2021)
- Necessidade de **investigar o Banco Central do Brasil**
- **Frente Parlamentar** sobre o Limite dos Juros e a Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Social
- Necessidade de **REVOGAÇÃO dos privilégios do Sistema da Dívida**.
- Contínua submissão a medidas de "ajuste fiscal", "teto de gastos", "metas de superávit primário", "âncoras" e "ARCABOUÇO FISCAL".

**PESQUISA, REDAÇÃO, EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO**

Lujan Maria Bacelar de Miranda